XXI Encontro Nacional da ANPUR
Curitiba
19 a 23 de Maio de 2025
ideias, políticas e práticas em territorialidades do Sul Global

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE BLUMENAU NO SÉCULO XXI (ST- 2)

Valdir da Silva
Furb | valsilva@furb.br

Ivo Marcos Theis
Furb | theis@furb.br

ST-2: Desenvolvimento regional: políticas, escalas e ações

Resumo: Este estudo aborda a dinâmica dos empregos formais e informais na Região Geográfica Intermediária de Blumenau (RGI Blumenau), em Santa Catarina, destacando sua relevância teórica frente à carência de análises atualizadas. Tradicionalmente reconhecida pelo polo têxtil e pelas transformações produtivas da década de 1990, a RGI Blumenau é analisada à luz dos períodos social-desenvolvimentista (2003-2014) e de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022). A pesquisa responde a questões relacionadas aos impactos das políticas econômicas nesses períodos, comparando as especificidades da RGI Blumenau com Santa Catarina e o Brasil. Utilizando uma metodologia quantitativa, os dados foram sistematizados a partir de fontes como RAIS, IBGE, Banco Central do Brasil e Portal do Empreendedor. Os resultados indicam que, embora a RGI Blumenau tenha apresentado maior crescimento de empregos formais e menor informalidade em relação às médias estadual e nacional, enfrenta desafios significativos, como a precarização do trabalho, a dependência de setores vulneráveis e o uso oportunista dos MEIs.

Palavras-chave: Reconfigurações do Trabalho; tendências da Região Geográfica Intermediária de Blumenau; social-desenvolvimentismo; período de ataques aos direitos trabalhistas.

CONSIDERATIONS ON THE RECONFIGURATIONS OF LABOR IN THE INTERMEDIATE GEOGRAPHICAL REGION OF BLUMENAU IN THE 21ST CENTURY

Abstract: *This study examines the dynamics of formal and informal labor in the Intermediate Geographic Region of Blumenau (RGI Blumenau), located in Santa Catarina, highlighting its theoretical relevance given the scarcity of updated analyses. Traditionally recognized for its textile industry and the productive transformations of the 1990s, the RGI Blumenau is analyzed in light of the social-developmental (2003–2014) and labor rights erosion (2015–2022) periods. The research addresses questions regarding the impacts of economic policies during these periods, comparing the specificities of the RGI Blumenau with those of Santa Catarina and Brazil. Employing a quantitative methodology, the data were systematized from sources such as RAIS, IBGE, the Central Bank of Brazil, and the Portal do Empreendedor. The results reveal that, although the RGI Blumenau exhibited higher growth in formal labor and lower levels of informality compared to state and national averages, it faces significant challenges, including labor precarization, dependence on vulnerable sectors, and the opportunistic use of individual micro-entrepreneurs (MEIs).*

Keywords: *Labor reconfigurations; trends in the Intermediate Geographical Region of Blumenau; social developmentalism; period of attacks on labor rights.*

CONSIDERACIONES SOBRE LAS RECONFIGURACIONES DEL TRABAJO EN LA REGIÓN GEOGRÁFICA INTERMEDIA DE BLUMENAU EN EL SIGLO XXI

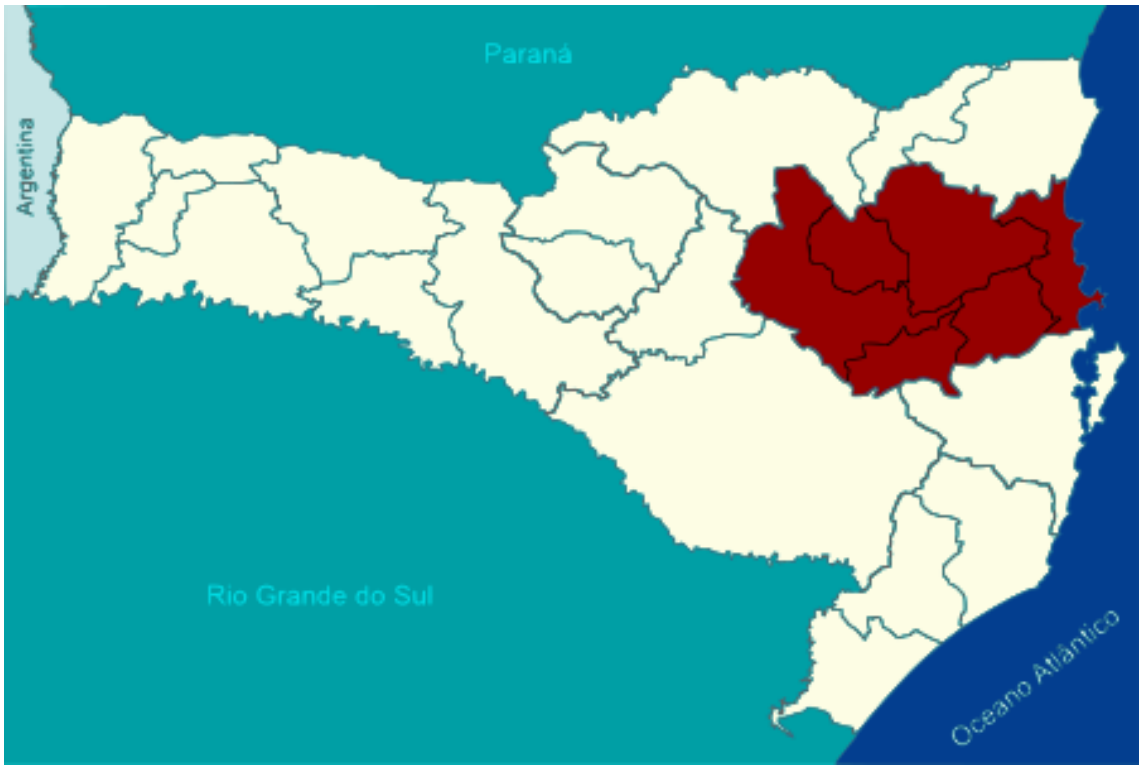
Resumen: *Este estudio analiza la dinámica del trabajo formal e informal en la Región Geográfica Intermedia de Blumenau (RGI Blumenau), ubicada en Santa Catarina, destacando su relevancia teórica dada la escasez de análisis actualizados. Tradicionalmente reconocida por su industria textil y las transformaciones productivas de la década de 1990, la RGI BLUMENAU se examina a la luz de los períodos social-desenvolvimentista (2003–2014) y de erosión de los derechos laborales (2015–2022). La investigación aborda cuestiones relacionadas con los impactos de las políticas económicas en estos períodos, comparando las especificidades de la RGI Blumenau con las de Santa Catarina y Brasil. Empleando una metodología cuantitativa, los datos fueron sistematizados a partir de fuentes como RAIS, IBGE, el Banco Central de Brasil y el Portal del Emprendedor. Los resultados revelan que, aunque la RGI Blumenau presentó un mayor crecimiento del trabajo formal y menores niveles de informalidad en comparación con las medias estatales y nacionales, enfrenta desafíos significativos, incluyendo la precarización laboral, la dependencia de sectores vulnerables y el uso oportunista de los microemprendedores individuales (MEIs).*

Palabras clave: *Reconfiguraciones del Trabajo; tendencias de la Región Geográfica Intermedia de Blumenau; social-desenvolvimentismo; período de ataques a los derechos laborales.*

INTRODUÇÃO

O estudo das reconfigurações do trabalho emerge como uma questão central para compreender as transformações econômicas e sociais do século XXI, particularmente em regiões historicamente marcadas por dinâmicas produtivas específicas, como a Região Geográfica Intermediária de Blumenau (RGI Blumenau), em Santa Catarina. Reconhecida por sua forte dependência do setor têxtil e pelas profundas mudanças estruturais desencadeadas a partir da década de 1990, a RGI Blumenau apresenta peculiaridades que demandam análises detalhadas, sobretudo no contexto de políticas econômicas com períodos divergentes, como o social-desenvolvimentismo (2003-2014) e o período de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022). Portanto, essa investigação parte do princípio de que a política impacta significativamente o modo de organização do trabalho e, por conseguinte, o desenvolvimento regional.

Figura 1: RGI Blumenau.



Fonte: Wikipédia (2024).

A hipótese central desta pesquisa é que as reconfigurações do trabalho na RGI Blumenau, embora em parte alinhadas às tendências estaduais e nacionais, refletem particularidades regionais resultantes de fatores históricos e estruturais, como a predominância de setores econômicos específicos e as respostas locais às políticas públicas de cada período. O objetivo geral é analisar como essas reconfigurações são influenciadas por diferentes abordagens de política econômica, social e de governança, identificando as especificidades da RGI Blumenau em comparação a Santa Catarina e ao Brasil, e avaliando os setores predominantes no mercado de trabalho local.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa busca responder a cinco questões fundamentais: (1) Como os períodos social-desenvolvimentista (2003-2014) e de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022) influenciaram os empregos na RGI Blumenau, em Santa Catarina e no Brasil? (2) A dinâmica de empregos na RGI Blumenau apresenta características diferenciadas em relação ao restante de Santa Catarina, ou segue as mesmas tendências? (3) Como os contextos econômicos e políticos nos períodos social-desenvolvimentista (2003-2014) e de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022) influenciaram as desigualdades salariais de gênero na RGI Blumenau, em Santa Catarina e no Brasil? (4) A dinâmica de empregos na RGI Blumenau reflete distinções em comparação ao Brasil ou está alinhada às tendências nacionais? (5) Os setores que mais contratam na RGI Blumenau são os mesmos que lideram as contratações em Santa Catarina e no Brasil?

Esta pesquisa adota uma abordagem quantitativa, fundamentada em dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais)[1], IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)[2], BCB (Banco Central do Brasil)[3] e Portal do Empreendedor[4], para explorar as dinâmicas do mercado de trabalho. A análise abrange a evolução dos empregos formais por subsetor, as variações absolutas e relativas ao longo de diferentes períodos econômicos, a relação entre o emprego formal e o crescimento populacional, além da dinâmica salarial, com foco em tendências e desigualdades. Esses aspectos são examinados para responder às questões centrais que orientam o estudo.

O texto está estruturado em quatro seções principais. A introdução apresenta a hipótese central, as cinco perguntas que orientam a investigação e a metodologia empregada na pesquisa. Na segunda seção, aborda-se as reconfigurações do trabalho no século XXI, fundamentadas em um arcabouço teórico construído a partir da revisão de literatura pertinente. A terceira seção dedica-se à análise empírica, examinando as dinâmicas do mercado de trabalho na RGI Blumenau, comparando com as dinâmicas estadual e nacional. Por fim, o texto é concluído com considerações finais que sintetizam as principais observações sobre as reconfigurações do trabalho na RGI Blumenau ao longo do século XXI.

AS RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NO SÉCULO XXI

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, inaugurou um período marcado pela conciliação de classes e por políticas social-desenvolvimentistas. Apesar de preservar aspectos do neoliberalismo, como o superávit primário e o favorecimento de grandes corporações, o governo implementou avanços sociais significativos, incluindo o Bolsa Família e a valorização do salário-mínimo, reduzindo a pobreza extrema. No entanto, críticas à proximidade com o capital financeiro e à manutenção de desigualdades estruturais também foram recorrentes. A crise global de 2008 foi enfrentada com incentivos ao consumo interno e ao setor industrial, enquanto alianças políticas e sindicais consolidaram o apoio popular ao governo. Esse modelo econômico foi continuado pela presidente Dilma Rousseff, embora seu

perfil técnico e centralizador tenha marcado diferenças em relação à liderança de Lula (Antunes, 2020)[5].

Durante o segundo mandato de Dilma, crises políticas e econômicas aprofundaram a insatisfação popular. Manifestações de 2013, inicialmente diversas e integradoras, foram influenciadas por grupos conservadores, intensificando a polarização. Medidas como cortes no seguro-desemprego, ajustes fiscais e privatizações alienaram sua base social e agravaram o descontentamento. O contexto de corrupção, amplificado pela operação Lava Jato, atingiu o MDB e figuras centrais como Eduardo Cunha, enfraquecendo o governo no Congresso. Esses fatores culminaram no *impeachment* de Dilma em 2016, descrito como um golpe parlamentar devido à ausência de provas de crime de responsabilidade (Antunes, 2020).

Com o *impeachment*, o presidente Michel Temer assumiu a presidência, implementando uma agenda neoliberal mais rigorosa, orientada pelo documento "Uma Ponte para o Futuro". A reforma trabalhista de 2017 flexibilizou relações de trabalho, expandindo a terceirização, o trabalho intermitente e fragilizando direitos. Sob a presidência de Jair Bolsonaro, essas políticas foram aprofundadas, alinhadas aos interesses do grande capital financeiro, industrial e do agronegócio. Esse período intensificou a precarização, com aumento do desemprego, da informalidade e da exploração via plataformas digitais. A "uberização" e a expansão dos MEIs exemplificam a transferência de custos para os trabalhadores, agravando as desigualdades sociais e negligenciando as condições de vida da classe trabalhadora (Antunes, 2020). Essas mudanças refletem a influência das relações materiais de produção na organização social e econômica, apontando para os fundamentos que sustentam as transformações históricas.

Por meio do materialismo histórico, Marx (2015) oferece uma estrutura analítica para compreender as transformações sociais, políticas e econômicas em diferentes períodos históricos, como os discutidos no âmbito das reconfigurações do trabalho no Brasil no século XXI. Fundamentada na análise das condições materiais de produção, Marx propõe que a infraestrutura econômica, composta pelas forças produtivas e pelas relações de produção, constitui a base que molda a superestrutura, formada pelas instituições políticas, jurídicas e culturais. As tensões e contradições entre as forças produtivas e as relações de produção impulsionam mudanças sociais, evidenciadas por conflitos de classe que reestruturam a organização das sociedades.

No caso brasileiro, os períodos social-desenvolvimentista e de ataques aos direitos trabalhistas refletem os impactos dessas contradições. No primeiro, políticas voltadas à ampliação do consumo e à valorização do trabalho buscaram equilibrar interesses de classes antagônicas, sem romper com a lógica do capitalismo. Já no segundo, a intensificação de medidas neoliberais promoveu mudanças estruturais no mercado de trabalho, resultando em maior precarização e exploração, particularmente com a expansão de regimes informais e digitais, como a "uberização" e os MEIs.

Essas mudanças ilustram a luta de classes, em que a classe dominante utiliza as estruturas políticas e econômicas para manter seu domínio sobre a classe trabalhadora. No capitalismo, esse domínio é exercido por meio da extração de mais-valia, um conceito central na teoria de Marx que explica como a exploração do trabalho sustenta a acumulação de capital e perpetua as desigualdades no sistema econômico vigente.

Para Marx (2015) a mais-valia é o conceito central que explica como o capitalismo gera lucro por meio da exploração do trabalho. Fundamentada na ideia de que o valor de uma mercadoria é determinado pelo trabalho socialmente necessário para produzi-la, a mais-valia revela o funcionamento da extração de valor excedente gerado pelos trabalhadores, apropriado pelos capitalistas. No sistema capitalista, os trabalhadores não vendem diretamente o produto de seu trabalho, mas sua força de trabalho, considerada uma mercadoria cujo valor equivale ao custo de sua subsistência.

A mais-valia é gerada quando o trabalhador, ao longo de sua jornada, cria valor que excede o necessário para cobrir seu salário. Por exemplo, se um trabalhador produz em metade de sua jornada o equivalente ao seu salário, o restante do tempo é dedicado à produção de valor excedente, apropriado pelo capitalista. Essa tendência pode ser intensificada de duas formas principais: pela mais-valia absoluta, obtida com o prolongamento da jornada de trabalho ou aumento do ritmo produtivo; e pela mais-valia relativa, alcançada pela redução do valor da força de trabalho por meio de avanços tecnológicos e aumento da produtividade (Marx, 2015).

O lucro capitalista decorre diretamente da apropriação da mais-valia, refletindo uma exploração estrutural que intensifica as desigualdades sociais e alimenta os conflitos de classe. Essa configuração não apenas sustenta a acumulação de capital, mas também revela as contradições inerentes ao sistema capitalista, cuja sobrevivência depende da exploração contínua da força de trabalho e do aprofundamento das desigualdades (Marx, 2015). Nesse contexto, a teoria da mais-valia torna-se uma ferramenta indispensável para compreender como o capitalismo adapta suas estratégias para perpetuar a extração de valor excedente.

Os fenômenos contemporâneos de precarização e intensificação do trabalho ilustram essas adaptações, evidenciando como subemprego, informalidade, regimes digitais e o empreendedorismo compulsório, como o dos MEIs, configuram novas formas de exploração. Segundo Silva (2024)[6], o MEI foi idealizado pelo então Deputado Federal Antônio Carlos Mendes Thame para formalizar atividades de trabalhadores autônomos e pequenos empresários, mitigando a vulnerabilidade causada pela informalidade e ausência de registro no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica). Contudo, tais iniciativas, ao transferirem responsabilidades e custos para os trabalhadores, exemplificam como o sistema capitalista ajusta suas estruturas para manter a extração de mais-valia, mesmo em cenários de transformação econômica.

A introdução do MEI representou um marco na inclusão desses trabalhadores no sistema formal, permitindo acesso a direitos e benefícios previdenciários e promovendo maior estabilidade econômica. Essa formalização também trouxe benefícios significativos para a

economia nacional, incluindo a geração de emprego e renda, o aumento da arrecadação tributária e o fortalecimento da competitividade empresarial. Instituído por meio de legislação aprovada em 2008, o regime do MEI contribuiu para a expansão expressiva do número de microempreendedores individuais nos anos seguintes, consolidando-se como uma estratégia relevante para o desenvolvimento econômico no Brasil. No entanto, uma questão importante é saber: desenvolvimento econômico para quem?

DINÂMICAS DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE BLUMENAU

Esta seção examina as principais transformações no mercado de trabalho da RGI Blumenau no século XXI, abordando aspectos relacionados à evolução dos empregos formais e informais, ao crescimento setorial e às condições salariais. A análise inclui a distribuição dos empregos formais por subsetores econômicos, o crescimento absoluto e relativo das contratações, e a relação entre a geração de empregos e o crescimento populacional. Também são explorados fatores como a evolução nominal e real dos salários, as desigualdades salariais de gênero, a dinâmica da informalidade e o impacto dos trabalhadores autônomos formalizados como MEIs. A abordagem busca identificar padrões e especificidades locais, destacando como as reconfigurações do trabalho refletem tanto as tendências gerais de Santa Catarina e do Brasil quanto as particularidades socioeconômicas da RGI Blumenau.

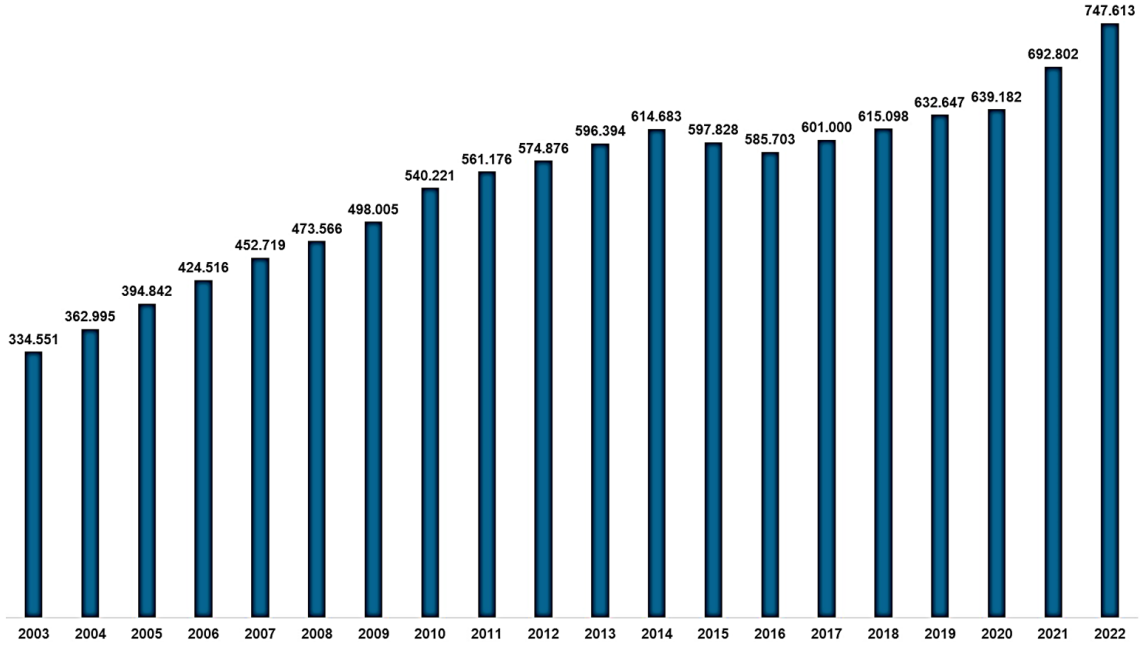
EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS POR SUBSETOR

O desempenho econômico e a configuração dos vínculos formais de trabalho na RGI Blumenau ao longo dos períodos de 2003 a 2014 e de 2015 a 2022 refletem mudanças significativas nas estruturas produtivas regionais e nos padrões de emprego. Esses períodos, caracterizados respectivamente pela expansão social-desenvolvimentista e por ataques aos direitos trabalhistas, apresentam aspectos que demonstram tanto o crescimento quanto a recuperação em determinados setores econômicos. A análise detalhada permite identificar as tendências de evolução dos principais subsetores na RGI Blumenau, comparando-as com os resultados observados em Santa Catarina e no Brasil, com o objetivo de compreender se a região segue as mesmas dinâmicas ou apresenta características distintas.

Os dados da Rais mostrados na Figura 1, entre 2003 e 2014, a RGI Blumenau apresentou crescimento constante no número de vínculos formais, passando de 334.551 para 614.683. Os subsetores com maior crescimento incluem o Comércio Varejista, que praticamente dobrou seus vínculos de trabalho (de 52.794 para 104.868), e a Indústria Têxtil, que foi o setor com maior número de vínculos em 2014 (101.478). O subsetor Construção Civil também apresentou uma evolução marcante, com um aumento de 258% no período, passando de 8.742 em 2003 para 31.310 em 2014. Por outro lado, setores como Agricultura e Indústria de Calçados demonstraram oscilações, com crescimento menos expressivo. Nos anos de

maior crescimento geral, como 2010 e 2011, verificou-se expansão em setores diversificados, como Administração Técnica Profissional e Transporte e Comunicações. No entanto, houve desaceleração em subsetores como Indústria Têxtil após 2012. Os setores de Serviços Utilidade Pública e Extrativa Mineral apresentaram números estáveis, com variações pouco significativas.

Figura 1: Evolução dos Empregos Formais por Subsetor na RGI BLUMENAU Entre 2003 e 2022.



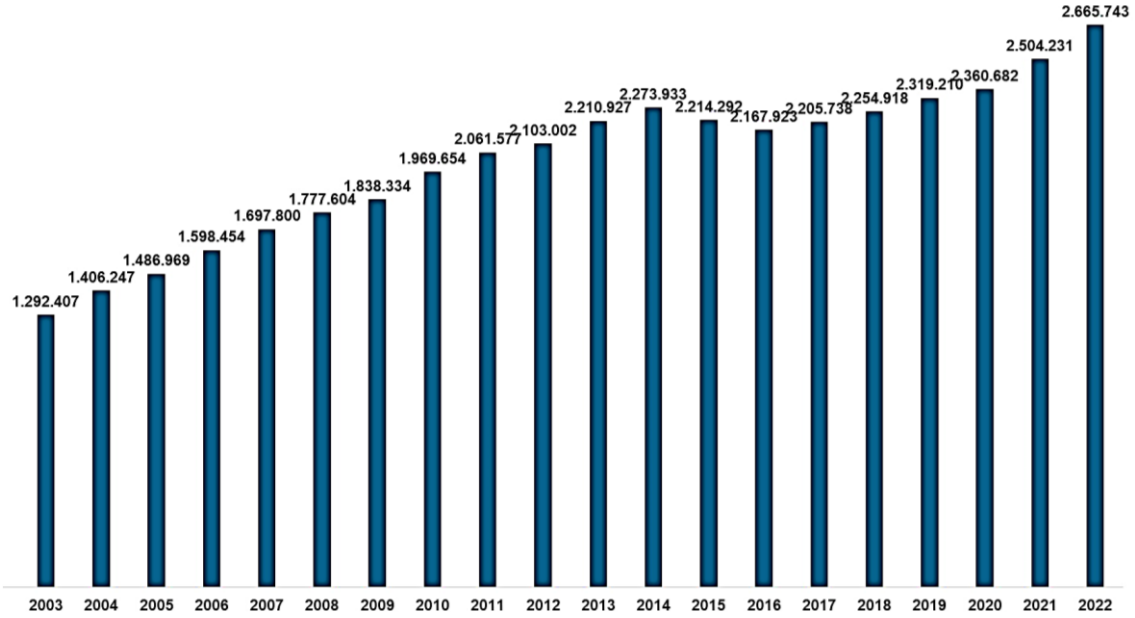
Fonte: Rais (2003 - 2022). Elaboração dos autores.

Durante o período de 2015 a 2022, o número total de vínculos formais na RGI Blumenau aumentou de 597.828 para 747.613. Apesar da tendência geral de recuperação, houve períodos de redução, como em 2016, quando o total de vínculos diminuiu para 585.703. A partir de 2018, o crescimento retomou força, com subsetores como Administração Técnica Profissional e Comércio Varejista liderando a recuperação. O Comércio Varejista continuou a crescer, chegando a 117.590 vínculos em 2022. A Construção Civil destacou-se por sua recuperação notável, atingindo 43.001 vínculos em 2022 após uma queda significativa em 2016. A Indústria Têxtil mostrou relativa estagnação, com uma leve recuperação no final do período, passando de 94.652 vínculos em 2015 para 100.571 em 2022. Já a Agricultura apresentou estabilidade, enquanto subsetores menores, como Extrativa Mineral, mantiveram números baixos com pequenas variações.

De acordo com a Figura 2, em Santa Catarina, o total de vínculos formais subiu de 1.292.407 em 2003 para 2.273.933 em 2014. A Indústria Têxtil, semelhante à RGI Blumenau, foi um dos principais setores empregadores, mas o Comércio Varejista liderou o crescimento estadual, com aumento significativo de vínculos, de 195.325 em 2003 para 378.363 em 2014. A Construção Civil também cresceu acentuadamente, passando de 40.874 para 105.331 vínculos no período. A RGI Blumenau apresentou uma tendência semelhante à de Santa

Catarina em termos de crescimento, embora em escala menor. A Indústria Têxtil foi igualmente relevante em ambas as regiões, mas a Construção Civil cresceu mais rapidamente proporcionalmente na RGI Blumenau.

Figura 2: Evolução dos Empregos Formais por Subsetor em Santa Catarina Entre 2003 e 2022.



Fonte: Rais (2003 - 2022). Elaboração dos autores.

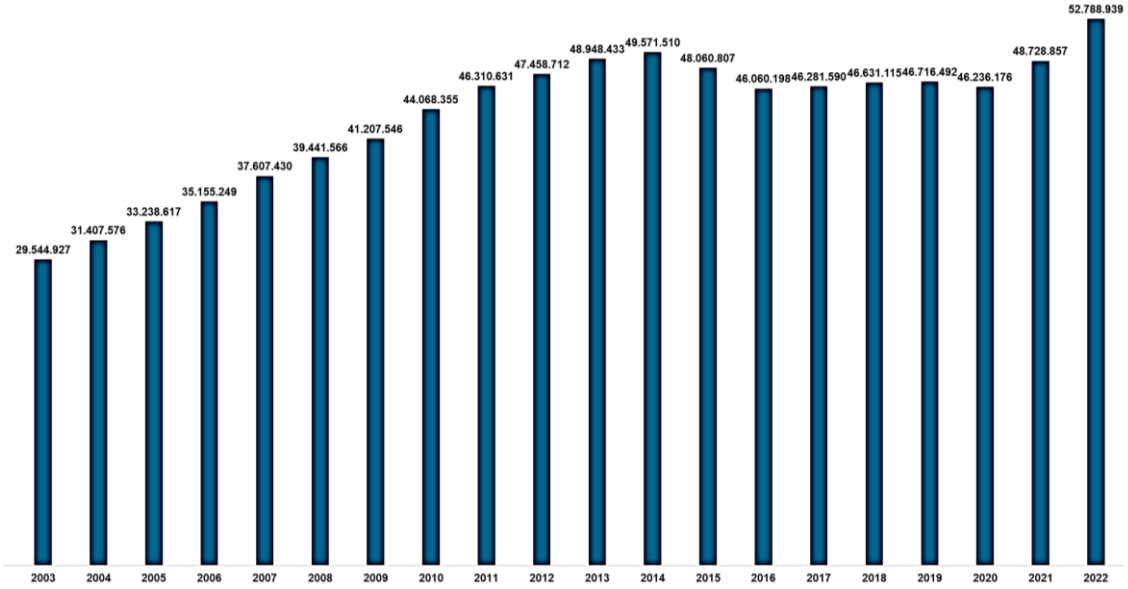
Santa Catarina mostrou crescimento mais moderado no período de 2015 a 2022, passando de 2.214.292 para 2.665.743 vínculos. Assim como na RGI Blumenau, setores como Comércio Varejista e Construção Civil apresentaram oscilações no início do período e retomaram crescimento nos últimos anos. A Indústria Têxtil também mostrou estabilidade no estado, com leve declínio, passando de 161.949 em 2015 para 152.606 em 2022. Comparativamente, a RGI Blumenau apresentou maior dinamismo em subsetores específicos, como Administração Técnica Profissional, que cresceu mais rapidamente do que no estado.

No Brasil (Figura 3), o número total de vínculos formais aumentou de 29.544.927 em 2003 para 49.571.510 em 2014. Assim como na RGI Blumenau e em Santa Catarina, os subsetores Comércio Varejista e Construção Civil lideraram o crescimento, com destaque para o Comércio Varejista, que passou de 4.311.540 para 8.087.377 vínculos no período. A RGI Blumenau compartilhou algumas similaridades com a configuração nacional, com destaque para o papel relevante da Indústria Têxtil e do Comércio Varejista. Contudo, o Brasil apresentou maior diversificação em subsetores menores, como Indústria Metalúrgica e Ensino.

Durante o período de 2015 a 2022, o Brasil experimentou uma desaceleração inicial nos empregos formais, com recuperação mais significativa a partir de 2020, alcançando 52.788.939 vínculos em 2022. Setores como Comércio Varejista e Administração Técnica Profissional mantiveram relevância nacional, mas subsetores menores, como Indústria

Metalúrgica e Ensino, tiveram maior representatividade proporcionalmente do que na RGI Blumenau. A RGI Blumenau mostrou recuperação mais acelerada do que o Brasil em subsetores específicos, como Construção Civil e Administração Técnica Profissional, destacando sua recuperação em um cenário nacional mais adverso.

Figura 3: Evolução dos Empregos Formais por Subsetor no Brasil Entre 2003 e 2022.



Fonte: Rais (2003 - 2022). Elaboração dos autores.

Os setores que mais contrataram durante os períodos analisados apresentaram semelhanças entre a RGI Blumenau, Santa Catarina e o Brasil. O Comércio Varejista foi consistentemente o principal setor empregador em todas as escalas. A Indústria Têxtil desempenhou papel de destaque na RGI Blumenau e em Santa Catarina, mas sua relevância foi menor no Brasil. A Construção Civil destacou-se como um setor em expansão significativa nos três cenários, especialmente no período social-desenvolvimentista. Diferenças incluem a maior concentração de vínculos na Indústria Têxtil na RGI Blumenau e a maior diversificação setorial em Santa Catarina e no Brasil, com setores como Ensino e Indústria Metalúrgica ganhando maior representatividade em escala estadual e nacional.

CRESCIMENTO ABSOLUTO E RELATIVO NOS EMPREGOS POR SUBSETOR

A análise das dinâmicas de emprego em diferentes períodos históricos permite compreender como mudanças econômicas e políticas impactam o mercado de trabalho em distintas escalas geográficas. Ao investigar os períodos social-desenvolvimentista (2003-2014) e de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022), observa-se como essas transformações moldaram o crescimento, a estagnação e até mesmo a retração de vínculos formais de RGI Blumenau, em comparação com Santa Catarina e o Brasil. Essa abordagem busca identificar as especificidades locais e regionais, evidenciando quais subsetores lideraram os crescimentos ou sofreram os maiores impactos, ao mesmo tempo que reflete sobre as tendências gerais compartilhadas entre essas diferentes escalas territoriais.

Tabela 1: Crescimento absoluto e relativo nos empregos por subsetor na RGI Blumenau.

IBGE Subsetor	Crescimento absoluto dos empregos no social-desenvolvimentista (2003-2014)		Crescimento absoluto e relativo no período de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022)		Crescimento médio anual no período social-desenvolvimentista (2003-2014)		Crescimento médio anual no período de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022)	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Administração Técnica Profissional	17.752	70,3%	34.466	78,9%	1.614	5,0%	4.924	8,7%
Administração Pública	17.876	58,8%	9.941	19,8%	1.625	4,3%	1.420	2,6%
Agricultura	778	16,9%	565	10,9%	71	1,4%	81	1,5%
Alimentos e Bebidas	11.683	92,9%	6.517	27,1%	1.062	6,2%	931	3,5%
Alojamento e Comunicação	20.130	77,6%	8.423	17,5%	1.830	5,4%	1.203	2,3%
Borracha, Fumo, Couros	1.888	90,2%	343	9,1%	172	6,0%	49	1,3%
Comércio Atacadista	14.501	129,9%	11.275	44,5%	1.318	7,9%	1.611	5,4%
Comércio Varejista	52.074	98,6%	16.221	16,0%	4.734	6,4%	2.317	2,1%
Construção Civil	22.568	258,2%	14.175	49,2%	2.052	12,3%	2.025	5,9%
Elétrico e Comunicação	5.959	215,2%	2.156	28,2%	542	11,0%	308	3,6%
Ensino	9.479	99,0%	6.362	33,1%	862	6,5%	909	4,2%
Extrativa Mineral	523	51,2%	-108	-7,5%	48	3,8%	-15	-1,1%
Indústria Calçados	3.114	131,6%	542	10,7%	283	7,9%	77	1,5%
Indústria Mecânica	10.677	188,5%	716	5,0%	971	10,1%	102	0,7%
Indústria Metalúrgica	7.178	91,8%	1.512	11,4%	653	6,1%	216	1,6%
Indústria Química	4.597	84,9%	2.525	25,2%	418	5,7%	361	3,3%
Indústria Têxtil	31.878	45,8%	5.919	6,3%	2.898	3,5%	846	0,9%
Instituição Financeira	4.504	102,4%	3.222	35,2%	409	6,6%	460	4,4%
Madeira e Mobiliário	1.095	8,9%	2.326	18,2%	100	0,8%	332	2,4%
Material de Transporte	6.871	173,9%	240	2,5%	625	9,6%	34	0,4%
Médicos Odontológicos Veterinários	5.833	77,1%	7.561	53,0%	530	5,3%	1.080	6,3%
Outros, ignorados	0	-	483	-	0	-	69	-
Papel e Gráfica	3.190	60,8%	889	11,1%	290	4,4%	127	1,5%
Prod. Mineral Não Metálico	3.911	49,3%	210	1,9%	356	3,7%	30	0,3%
Serviço Utilidade Pública	896	32,8%	1.278	35,3%	81	2,6%	183	4,4%
Transporte e Comunicações	21.177	167,1%	12.010	36,1%	1.925	9,3%	1.716	4,5%
{ñ class}	0	-	16	-	0	-	2	-
Total	**280.132**	**83,7%**	**149.785**	**25,1%**	**25.467**	**5,7%**	**21.398**	**3,2%**

Fonte: Rais (2003 - 2022). Elaboração dos autores.

No período social-desenvolvimentista (2003-2014), a RGI Blumenau apresentou um crescimento absoluto de 280.132 empregos formais, representando uma expansão relativa de 83,7% e uma média anual de crescimento de 5,7%. Os subsetores de maior destaque foram

a Construção Civil, com aumento relativo de 258,2%, e o Comércio Atacadista, que registrou crescimento de 129,9%. A Administração Técnica Profissional e a Indústria Mecânica também se sobressaíram, com taxas de crescimento relativas de 70,3% e 188,5%, respectivamente. Por outro lado, o período de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022) registrou uma desaceleração, com crescimento absoluto de 149.785 empregos (25,1% de aumento relativo) e média anual de 3,2%. A Administração Técnica Profissional liderou no dinamismo, com crescimento relativo de 78,9%, enquanto setores como a Extrativa Mineral e a Indústria de Calçados apresentaram retrações em suas taxas de crescimento.

Tabela 2: Crescimento absoluto e relativo nos empregos por subsetor em Santa Catarina.

IBGE Subsetor	Crescimento absoluto dos empregos no social-desenvolvimentista (2003-2014)		Crescimento absoluto e relativo no período de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022)		Crescimento médio anual no período social-desenvolvimentista (2003-2014)		Crescimento médio anual no período de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022)	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Administração Técnica Profissional	99.378	96,3%	68.991	34,2%	9.034	6,3%	9.856	4,3%
Administração Pública	75.333	40,5%	12.013	4,7%	6.848	3,1%	1.716	0,7%
Agricultura	4.935	12,4%	-3.245	-7,4%	449	1,1%	-464	-1,1%
Alimentos e Bebidas	48.367	67,5%	14.018	11,3%	4.397	4,8%	2.003	1,5%
Alojamento Comunicação	96.566	92,7%	-1.240	-0,6%	8.779	6,1%	-177	-0,1%
Borracha, Fumo, Couros	7.992	85,3%	-2.800	-17,5%	727	5,8%	-400	-2,7%
Comércio Atacadista	40.541	111,0%	8.359	10,9%	3.686	7,0%	1.194	1,5%
Comércio Varejista	183.038	93,7%	-25.647	-7,0%	16.640	6,2%	-3.664	-1,0%
Construção Civil	64.457	157,7%	-11.474	-12,0%	5.860	9,0%	-1.639	-1,8%
Elétrico e Comunicação	16.514	127,5%	-493	-1,9%	1.501	7,8%	-70	-0,3%
Ensino	40.267	114,7%	11.501	15,0%	3.661	7,2%	1.643	2,0%
Extrativa Mineral	3.064	56,4%	-2.459	-33,2%	279	4,2%	-351	-5,6%
Indústria Calçados	2.818	64,2%	-676	-10,0%	256	4,6%	-97	-1,5%
Indústria Mecânica	35.970	126,6%	-11.153	-19,6%	3.270	7,7%	-1.593	-3,1%
Indústria Metalúrgica	24.636	73,9%	-9.392	-17,7%	2.240	5,2%	-1.342	-2,7%
Indústria Química	23.537	75,1%	-5.202	-10,0%	2.140	5,2%	-743	-1,5%
Indústria Têxtil	58.957	51,3%	-9.343	-5,8%	5.360	3,8%	-1.335	-0,8%
Instituição Financeira	14.309	79,7%	9.259	28,2%	1.301	5,5%	1.323	3,6%
Madeira e Mobiliário	1.816	2,7%	-6.341	-9,4%	165	0,2%	-906	-1,4%
Material de Transporte	12.078	125,8%	-3.817	-19,4%	1.098	7,7%	-545	-3,0%
Médicos Odontológicos Veterinários	29.186	102,6%	23.140	38,5%	2.653	6,6%	3.306	4,8%
Outros, ignorados	0	-	857	-	0	-	122	-
Papel e Gráfica	10.660	52,2%	-8.114	-27,7%	969	3,9%	-1.159	-4,5%
Prod. Mineral Não Metálico	12.241	50,9%	-9.207	-26,1%	1.113	3,8%	-1.315	-4,2%
Serviço Utilidade Pública	6.284	45,4%	-1.246	-6,1%	571	3,5%	-178	-0,9%
Transporte e Comunicações	69.535	124,1%	-14.856	-12,0%	6.321	7,6%	-2.122	-1,8%
{ñ class}	-953	-100,0%	430.018	-	-87	-100,0%	61.431	-
Total	**981.526**	**75,9%**	**451.451**	**20,4%**	**89.230**	**5,3%**	**64.493**	**2,7%**

Fonte: Rais (2003 - 2022). Elaboração dos autores.

Em Santa Catarina, o período social-desenvolvimentista foi marcado por um crescimento absoluto de 981.526 empregos (75,9% de aumento relativo), com média anual de 5,3%. Destacaram-se a Construção Civil, com crescimento relativo de 157,7%, e o Comércio Atacadista, com expansão de 111,0%. No entanto, no período de ataques aos direitos trabalhistas, houve uma desaceleração significativa, com um crescimento absoluto de 451.451 empregos (20,4% de aumento relativo) e média anual de 2,7%. A Administração Técnica Profissional continuou a crescer, com expansão relativa de 34,2%, mas setores como o Comércio Varejista (-7,0%) e a Construção Civil (-12,0%) apresentaram quedas absolutas e relativas, refletindo mudanças estruturais no comportamento do mercado de trabalho estadual.

Tabela 3: Crescimento absoluto e relativo nos empregos por subsetor no Brasil.

IBGE Subsetor	Crescimento absoluto dos empregos no social-desenvolvimentista (2003-2014)		Crescimento absoluto e relativo no período de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022)		Crescimento médio anual no período social-desenvolvimentista (2003-2014)		Crescimento médio anual no período de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022)	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Administração Técnica Profissional	2.724.930	97,8%	1.790.511	33,6%	247.721	6,4%	255.787	4,2%
Administração Pública	2.363.860	33,8%	-536.129	-5,8%	214.896	2,7%	-76.590	-0,9%
Agricultura	271.991	22,5%	239.769	16,0%	24.726	1,9%	34.253	2,1%
Alimentos e Bebidas	759.638	64,2%	301.943	15,7%	69.058	4,6%	43.135	2,1%
Alojamento Comunicação	1.717.316	66,0%	43.547	1,0%	156.120	4,7%	6.221	0,1%
Borracha, Fumo, Couros	89.511	36,1%	16.939	5,5%	8.137	2,8%	2.420	0,8%
Comércio Atacadista	832.791	103,1%	313.316	19,4%	75.708	6,7%	44.759	2,6%
Comércio Varejista	3.775.837	87,6%	191.377	2,4%	343.258	5,9%	27.340	0,3%
Construção Civil	1.767.435	168,6%	-198.461	-8,2%	160.676	9,4%	-28.352	-1,2%
Elétrico e Comunicação	111.285	59,9%	13.550	5,3%	10.117	4,4%	1.936	0,7%
Ensino	990.029	106,4%	599.383	30,5%	90.003	6,8%	85.626	3,9%
Extrativa Mineral	134.800	109,8%	12.336	5,1%	12.255	7,0%	1.762	0,7%
Indústria Calçados	37.164	13,7%	17.656	6,2%	3.379	1,2%	2.522	0,9%
Indústria Mecânica	319.733	102,1%	74.997	13,3%	29.067	6,6%	10.714	1,8%
Indústria Metalúrgica	241.267	45,6%	59.402	8,6%	21.933	3,5%	8.486	1,2%
Indústria Química	387.222	68,7%	76.584	8,5%	35.202	4,9%	10.941	1,2%
Indústria Têxtil	267.980	36,7%	-68.439	-7,7%	24.362	2,9%	-9.777	-1,1%
Instituição Financeira	289.372	50,2%	136.673	15,7%	26.307	3,8%	19.525	2,1%
Madeira e Mobiliário	67.788	16,4%	-5.010	-1,1%	6.163	1,4%	-716	-0,2%
Material de Transporte	259.443	78,2%	-14.671	-2,9%	23.586	5,4%	-2.096	-0,4%
Médicos Odontológicos Veterinários	889.676	86,5%	779.786	39,2%	80.880	5,8%	111.398	4,8%
Outros, ignorados	-	-	8.644	-	-	-	1.235	-
Papel e Gráfica	97.869	31,8%	-40.180	-10,6%	8.897	2,5%	-5.740	-1,6%
Prod. Mineral Não Metálico	175.963	63,2%	-19.215	-4,5%	15.997	4,6%	-2.745	-0,7%

Serviço Utilidade Pública	131.030	41,1%	41.699	9,3%	11.912	3,2%	5.957	1,3%
Transporte e Comunicações	1.323.606	90,9%	154.032	5,7%	120.328	6,1%	22.005	0,8%
{ñ class}	-953	-100,0%	738.093	-	-87	-100,0%	105.442	-
Total	**20.026.583**	**67,8%**	**4.728.132**	**9,8%**	**1.820.598**	**4,8%**	**675.447**	**1,3%**

Fonte: Rais (2003 - 2022). Elaboração dos autores.

No Brasil, o período social-desenvolvimentista registrou um aumento absoluto de 20.026.583 empregos, com crescimento relativo de 67,8% e média anual de 4,8%. A Construção Civil destacou-se com crescimento relativo de 168,6%, enquanto setores como o Comércio Varejista e a Administração Técnica Profissional também apresentaram expansão significativa, com aumentos relativos de 87,6% e 97,8%, respectivamente. No período de ataques aos direitos trabalhistas, o crescimento absoluto foi de 4.728.132 empregos (9,8% de aumento relativo) e média anual de 1,3%. Houve retrações importantes em subsetores como a Construção Civil (-8,2%) e a Indústria Têxtil (-7,7%), mas o subsetor de Médicos, Odontológicos e Veterinários apresentou dinamismo com crescimento relativo de 39,2%.

Ao comparar a RGI Blumenau, Santa Catarina e o Brasil, observa-se que a RGI Blumenau apresentou maior dinamismo relativo nos dois períodos analisados. Durante o período social-desenvolvimentista, o crescimento relativo da RGI Blumenau (83,7%) superou o de Santa Catarina (75,9%) e do Brasil (67,8%). No período de ataques aos direitos trabalhistas, apesar da desaceleração geral, a RGI Blumenau manteve uma taxa de crescimento relativa (25,1%) superior à de Santa Catarina (20,4%) e ao Brasil (9,8%). Em termos setoriais, a Administração Técnica Profissional destacou-se em todas as escalas durante ambos os períodos, mas o Comércio Atacadista e a Construção Civil apresentaram desempenhos diferenciados, com quedas mais acentuadas no Brasil e em Santa Catarina no período de ataques aos direitos trabalhistas. A análise sugere que a RGI Blumenau apresenta características próprias em sua estrutura de empregos, embora compartilhe tendências gerais de desaceleração com Santa Catarina e o Brasil no período mais recente.

EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS SOBRE A POPULAÇÃO

O estudo das dinâmicas de emprego e crescimento populacional ao longo dos períodos social-desenvolvimentista (2003-2014) e de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022) revela padrões significativos de transformação no mercado de trabalho e no contexto demográfico. Ao comparar a RGI Blumenau, Santa Catarina e o Brasil, emergem tendências que destacam variações na criação de empregos e no crescimento populacional, evidenciando diferenças e semelhanças entre as escalas geográficas. A análise dessas mudanças com base nos dados da Rais e do IBGE fornece uma base para compreender as particularidades e os desafios enfrentados por essas regiões, especialmente diante das variações econômicas e sociais que marcaram os períodos analisados.

Tabela 4: Evolução dos empregos e da população na RGI Blumenau entre 2003 e 2022.

Empregos / Habitantes	**Períodos**	
	2003-2014	**2015-2022**

Empregos gerados no período	280.132	149.785
Crescimento de habitantes no período	440.701	287.379
Média da geração empregos ao ano	25.467	21.398
Média de crescimento de habitantes ao ano	40.064	41.054
Variação dos empregos no período	83,7%	25,1%
Variação média dos empregos ao ano	-0,02%	-0,2%

Fonte: IBGE; Rais (2003 - 2022). Elaboração dos autores.

Nos períodos analisados, observa-se que entre 2003 e 2014, a RGI Blumenau gerou 280.132 empregos, enquanto Santa Catarina criou 981.526 e o Brasil, 20.026.583. Entre 2015 e 2022, esses números caíram para 149.785, 451.451 e 4.728.132, respectivamente. O crescimento populacional também apresentou diferenças significativas entre os períodos: na Região de Blumenau, houve um aumento de 440.701 habitantes entre 2003 e 2014, e de 287.379 entre 2015 e 2022; em Santa Catarina, o crescimento foi de 1.119.915 e 791.171 habitantes, respectivamente; enquanto no Brasil, registrou-se um aumento de 25.897.125 habitantes no primeiro período e uma diminuição de 1.369.293 no segundo.

Tabela 5: Evolução dos empregos e da população em Santa Catarina entre 2003 e 2022.

Empregos / Habitantes	**Períodos**	
	2003-2014	**2015-2022**
Empregos gerados no período	981.526	451.451
Crescimento de habitantes no período	1.119.915	791.171
Média da geração empregos ao ano	89.230	64.493
Média de crescimento de habitantes ao ano	101.810	113.024
Variação dos empregos no período	75,9%	20,4%
Variação média dos empregos ao ano	-0,02%	-0,2%

Fonte: IBGE; Rais (2003 - 2022). Elaboração dos autores.

A média anual de geração de empregos também diminuiu de forma generalizada entre os períodos: na RGI Blumenau, passou de 25.467 para 21.398; em Santa Catarina, de 89.230 para 64.493; e no Brasil, de 1.820.598 para 675.447. A média anual de crescimento populacional foi relativamente estável na Região de Blumenau e em Santa Catarina, enquanto no Brasil houve uma reversão, passando de um crescimento de 2.354.284 habitantes por ano entre 2003 e 2014 para uma redução anual de 195.613 entre 2015 e 2022.

Tabela 6: Evolução dos empregos e da população no Brasil entre 2003 e 2022.

Empregos / Habitantes	**Períodos**	
	2003-2014	**2015-2022**
Empregos gerados no período	20.026.583	4.728.132
Crescimento de habitantes no período	25.897.125	-1.369.293
Média da geração empregos ao ano	1.820.598	675.447
Média de crescimento de habitantes ao ano	2.354.284	-195.613
Variação dos empregos no período	67,8%	9,8%
Variação média dos empregos ao ano	-0,03%	-0,3%

Fonte: IBGE; Rais (2003 - 2022). Elaboração dos autores.

A variação percentual dos empregos no período de 2003 a 2014 foi de 83,7% na RGI Blumenau, 75,9% em Santa Catarina e 67,8% no Brasil. No período de 2015 a 2022, esses valores caíram para 25,1%, 20,4% e 9,8%, respectivamente. A variação média anual dos empregos foi negativa em ambos os períodos para todas as regiões analisadas, com queda mais acentuada entre 2015 e 2022, indicando um cenário de dificuldades para a classe trabalhadora no Brasil, em Santa Catarina e na RGI Blumenau.

CRESCIMENTO NOMINAL E REAL DOS SALÁRIOS NO EMPREGO FORMAL

A análise do crescimento nominal e real dos salários no emprego formal permite compreender as dinâmicas econômicas e setoriais que moldaram o mercado de trabalho da RGI Blumenau ao longo dos períodos social-desenvolvimentista (2003-2014) e de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022). Essa investigação evidencia padrões diferenciados na evolução salarial quando comparados as esferas estadual e nacional, destacando subsetores específicos que se comportaram de maneira singular na RGI Blumenau. A relação entre ganhos nominais e perdas reais reflete a capacidade limitada de algumas atividades em acompanhar a inflação, ao passo que subsetores técnicos e de saúde apresentam maior recuperação. Assim, o desempenho salarial da RGI Blumenau insere-se em um panorama mais amplo, que combina vulnerabilidades locais e tendências compartilhadas em nível estadual e nacional, proporcionando uma visão ampla sobre as transformações do mercado de trabalho.

Tabela 7: Crescimento nominal e real dos salários no emprego formal na RGI Blumenau entre 2003 e 2022.

IBGE Subsetor	Período 2003 - 2014		Período 2015 - 2022	
	Nominal	Real	Nominal	Real
Administração Técnica Profissional	17,0%	-41,0%	10,9%	-31,1%
Administração Pública	0,0%	-49,6%	7,8%	-33,1%
Agricultura	-31,3%	-65,4%	-8,8%	-43,4%
Alimentos e Bebidas	-11,9%	-55,6%	-2,0%	-39,2%
Alojamento Comunicação	-9,4%	-54,3%	-0,3%	-38,1%
Borracha, Fumo, Couros	-20,6%	-60,0%	6,5%	-33,8%
Comércio Atacadista	-10,8%	-55,0%	0,4%	-37,6%
Comércio Varejista	-5,8%	-52,5%	4,9%	-34,8%
Construção Civil	0,5%	-49,4%	26,4%	-21,5%
Elétrico e Comunicação	-20,1%	-59,7%	-2,0%	-39,1%
Ensino	-42,8%	-71,2%	-4,9%	-40,9%
Extrativa Mineral	18,1%	-40,5%	-15,6%	-47,6%
Indústria Calçados	-35,1%	-67,3%	16,2%	-27,8%
Indústria Mecânica	-12,7%	-56,0%	-10,1%	-44,1%
Indústria Metalúrgica	-5,5%	-52,3%	-2,5%	-39,4%

Indústria Química	-11,6%	-55,4%	13,8%	-29,3%
Indústria Têxtil	-8,7%	-54,0%	-3,0%	-39,7%
Instituição Financeira	-48,8%	-74,2%	35,2%	-16,0%
Madeira e Mobiliário	2,0%	-48,6%	-1,3%	-38,7%
Material de Transporte	-11,4%	-55,4%	28,5%	-20,2%
Médicos Odontológicos Veterinários	-13,3%	-56,3%	60,9%	-0,1%
Papel e Gráfica	-14,7%	-57,0%	-2,6%	-39,5%
Prod. Mineral Não Metálico	1,6%	-48,8%	-1,3%	-38,7%
Serviço Utilidade Pública	-30,4%	-64,9%	0,2%	-37,8%
Transporte e Comunicações	-21,7%	-60,5%	-1,5%	-38,8%
Total	**-11,7%**	**-55,5%**	**6,1%**	**-34,1%**

Fonte: BCB; Rais (2003 - 2022). Elaboração dos autores.

Durante o período social-desenvolvimentista (2003-2014), a RGI Blumenau apresentou um desempenho salarial nominal que, em alguns subsetores, acompanhou as tendências de Santa Catarina e do Brasil, mas com características locais distintas. Em termos reais, tanto a RGI Blumenau quanto Santa Catarina e o Brasil registraram quedas generalizadas nos salários, sendo que a RGI Blumenau teve desempenho melhor em subsetores como a Administração Técnica Profissional, com retração real de -41,0%, comparada a -54,8% em Santa Catarina e -61,9% no Brasil. Contudo, subsetores como Ensino e Indústria de Calçados na RGI Blumenau (-71,2% e -67,3% reais, respectivamente) sofreram quedas mais acentuadas do que em Santa Catarina (-62,8% e -39,8%) e no Brasil (-61,1% e -61,5%). Esse comportamento indica que, enquanto alguns subsetores na RGI Blumenau acompanharam a configuração estadual e nacional, outros foram mais afetados pela deterioração dos salários reais.

No período de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022), a RGI Blumenau apresentou um desempenho nominal superior em setores como Instituição Financeira, com crescimento de 35,2%, superando Santa Catarina (31,3%) e o Brasil (35,2%, valor equivalente). Contudo, ao considerar o ajuste inflacionário, a RGI Blumenau mostrou perdas menores em subsetores como Médicos, Odontológicos e Veterinários (-0,1% real) em comparação a Santa Catarina (-35,6%) e ao Brasil (-35,6%). Em contraste, subsetores como Extrativa Mineral (-47,6% real) na RGI Blumenau tiveram queda mais pronunciada do que em Santa Catarina (-46,6%) e no Brasil (-44,9%). Esses resultados evidenciam que, embora a RGI Blumenau tenha se destacado positivamente em alguns subsetores durante este período, ela também enfrentou retrocessos mais severos em setores específicos, particularmente quando comparada à média estadual e nacional.

Tabela 8: Crescimento nominal e real dos salários no emprego formal em Santa Catarina entre 2003 e 2022.

IBGE Subsetor	**Período 2003 - 2014**		**Período 2015 - 2022**	
	Nominal	**Real**	**Nominal**	**Real**
Administração Técnica Profissional	-10,2%	-54,8%	8,8%	-32,4%

Administração Pública	-8,6%	-53,9%	-2,8%	-39,6%
Agricultura	-29,8%	-64,6%	-3,3%	-39,9%
Alimentos e Bebidas	-20,4%	-59,9%	6,5%	-33,8%
Alojamento e Comunicação	-13,1%	-56,2%	6,8%	-33,7%
Borracha, Fumo, Couros	-9,2%	-54,2%	-6,3%	-41,8%
Comércio Atacadista	-12,4%	-55,9%	10,0%	-31,7%
Comércio Varejista	-10,8%	-55,1%	4,6%	-35,0%
Construção Civil	-12,2%	-55,7%	9,2%	-32,2%
Elétrico e Comunicação	-29,2%	-64,3%	3,1%	-36,0%
Ensino	-26,2%	-62,8%	-11,5%	-45,0%
Extrativa Mineral	-13,1%	-56,2%	-14,1%	-46,6%
Indústria Calçados	19,5%	-39,8%	-7,5%	-42,5%
Indústria Mecânica	-30,4%	-64,9%	-5,6%	-41,4%
Indústria Metalúrgica	-25,9%	-62,6%	-8,8%	-43,3%
Indústria Química	-20,7%	-60,0%	-5,2%	-41,1%
Indústria Têxtil	-17,1%	-58,2%	16,0%	-27,9%
Instituição Financeira	-44,8%	-72,2%	31,3%	-18,4%
Madeira e Mobiliário	-10,0%	-54,6%	0,3%	-37,7%
Material de Transporte	-24,5%	-62,0%	8,5%	-32,6%
Médicos Odontológicos Veterinários	-1,8%	-50,5%	3,6%	-35,6%
Outros, ignorados	-	-	-	-
Papel e Gráfica	-22,1%	-60,7%	-4,0%	-40,4%
Prod. Mineral Não Metálico	-14,9%	-57,1%	-5,9%	-41,5%
Serviço Utilidade Pública	-37,9%	-68,7%	-13,8%	-46,4%
Transporte e Comunicações	-23,9%	-61,6%	-5,2%	-41,1%
{ñ class}	-100,0%	-	-	-
Total	**-18,2%**	**-58,8%**	**3,7%**	**-35,5%**

Fonte: BCB; Rais (2003 - 2022). Elaboração dos autores.

No período social-desenvolvimentista (2003-2014), a RGI Blumenau apresentou um desempenho salarial inferior em termos reais quando comparada a Santa Catarina em diversos subsetores, destacando-se negativamente em Ensino, onde a retração real foi de -71,2%, enquanto no estado foi de -62,8%. Essa tendência reflete uma maior deterioração relativa dos salários na RGI Blumenau em setores diretamente relacionados à formação profissional e à educação, indicando uma vulnerabilidade específica da região. No entanto, em subsetores industriais como Indústria de Calçados e Indústria Metalúrgica, a RGI Blumenau apresentou quedas reais mais alinhadas ou menos intensas que a média estadual (-67,3% e -52,3%, respectivamente, frente a -39,8% e -62,6% em Santa Catarina). No período de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022), a RGI Blumenau mostrou maior recuperação nominal em subsetores como Construção Civil (26,4%) e Médicos, Odontológicos e Veterinários (60,9%) em relação a Santa Catarina, onde os crescimentos nominais foram de 9,2% e 3,6%,

respectivamente. Contudo, em termos reais, os ganhos nominais na RGI Blumenau foram insuficientes para compensar as perdas inflacionárias, especialmente em subsetores como Agricultura e Ensino, que tiveram desempenhos similares ou piores que os de Santa Catarina. A comparação geral revela que, apesar de acompanhar algumas tendências estaduais, a RGI Blumenau apresentou maior volatilidade e fragilidade nos subsetores educacionais e industriais, ao passo que se destacou positivamente em setores técnicos e de saúde.

Tabela 9: Crescimento nominal e real dos salários no emprego formal no Brasil entre 2003 e 2022.

IBGE Subsetor	Período 2003 - 2014		Período 2015 - 2022	
	Nominal	Real	Nominal	Real
Administração Técnica Profissional	-24,4%	-61,9%	-2,2%	-39,2%
Administração Pública	-13,5%	-56,4%	-5,3%	-41,2%
Agricultura	-2,2%	-50,7%	-0,1%	-37,9%
Alimentos e Bebidas	-20,3%	-59,8%	-0,2%	-38,0%
Alojamento e Comunicação	-23,9%	-61,6%	0,4%	-37,6%
Borracha, Fumo, Couros	-25,2%	-62,3%	-5,9%	-41,5%
Comércio Atacadista	-18,7%	-59,0%	1,1%	-37,2%
Comércio Varejista	-17,8%	-58,6%	5,8%	-34,3%
Construção Civil	-14,4%	-56,8%	-3,5%	-40,0%
Elétrico e Comunicação	-34,9%	-67,2%	-14,4%	-46,8%
Ensino	-22,8%	-61,1%	-12,5%	-45,7%
Extrativa Mineral	11,4%	-43,8%	-11,4%	-44,9%
Indústria Calçados	-23,6%	-61,5%	-0,4%	-38,1%
Indústria Mecânica	-31,9%	-65,7%	-10,9%	-44,7%
Indústria Metalúrgica	-30,0%	-64,7%	-10,3%	-44,3%
Indústria Química	-27,4%	-63,4%	-11,1%	-44,8%
Indústria Têxtil	-21,2%	-60,3%	-0,7%	-38,3%
Instituição Financeira	-37,0%	-68,2%	35,2%	-16,0%
Madeira e Mobiliário	-10,3%	-54,8%	-4,6%	-40,7%
Material de Transporte	-33,8%	-66,6%	-8,5%	-43,2%
Médicos Odontológicos Veterinários	-18,4%	-58,8%	3,6%	-35,6%
Outros, ignorados	-	-	-	-
Papel e Gráfica	-31,2%	-65,3%	-5,7%	-41,4%
Prod. Mineral Não Metálico	-22,5%	-60,9%	-3,6%	-40,1%
Serviço Utilidade Pública	-33,2%	-66,3%	-10,1%	-44,2%
Transporte e Comunicações	-29,2%	-64,3%	-3,6%	-40,1%
{ñ class}	-100,0%	-	-	-
Total	**-22,4%**	**-60,9%**	**-1,7%**	**-38,9%**

Fonte: BCB; Rais (2003 - 2022). Elaboração dos autores.

Ao comparar a RGI Blumenau com o Brasil no período social-desenvolvimentista (2003-2014), observa-se que a região experimentou perdas salariais reais menos intensas em subsetores técnicos e administrativos. Por exemplo, na Administração Técnica Profissional, a RGI Blumenau teve queda real de -41,0%, enquanto no Brasil foi de -61,9%. Essa maior recuperação no subsetor técnico reflete uma configuração local mais favorável a profissionais especializados. Contudo, em subsetores industriais como Indústria Mecânica e Indústria de Calçados, as perdas reais na RGI Blumenau (-56,0% e -67,3%, respectivamente) foram mais severas que as nacionais (-65,7% e -61,5%), indicando uma dependência maior da região de setores industriais com margens salariais mais pressionadas. No período de 2015-2022, a RGI Blumenau apresentou crescimento nominal significativo em setores como Médicos, Odontológicos e Veterinários (60,9%), superando de forma substancial o desempenho nacional no mesmo subsetor (35,6%). Entretanto, em setores como Transporte e Comunicações, a RGI Blumenau registrou queda real de -38,8%, que foi marginalmente melhor que a nacional (-40,1%), mas ainda reflete a dificuldade em preservar o poder de compra dos salários frente à inflação. Essa comparação evidencia que, embora a RGI Blumenau apresente relativa recuperação em subsetores técnicos e de saúde, ela sofreu retrações mais intensas em subsetores industriais e logísticos quando comparada ao cenário nacional, demonstrando tanto desafios estruturais quanto oportunidades locais específicas.

DEFASAGEM SALARIAL DAS MULHERES NO EMPREGO FORMAL

No período de 2003 a 2022, os dados referentes à defasagem salarial das mulheres na RGI Blumenau, em Santa Catarina e no Brasil, revelam trajetórias distintas, marcadas por períodos de redução e estabilização das desigualdades salariais de gênero, seguidos por retomadas parciais dessa defasagem em circunstâncias mais recentes.

Tabela 10: Defasagem salarial das mulheres no emprego formal.

Ano/Escala Geográfica	RGI Blumenau	Santa Catarina	Brasil
2003	-25,5%	-24,5%	-18,7%
2004	-25,7%	-24,5%	-18,5%
2005	-26,3%	-25,4%	-18,3%
2006	-26,9%	-24,9%	-17,2%
2007	-25,1%	-24,3%	-17,1%
2008	-23,9%	-23,6%	-17,6%
2009	-23,5%	-23,0%	-16,8%
2010	-23,5%	-23,5%	-17,4%
2011	-22,4%	-23,0%	-17,7%
2012	-21,0%	-21,2%	-17,5%
2013	-21,0%	-21,3%	-17,7%
2014	-20,5%	-21,4%	-17,4%
2015	-19,0%	-20,9%	-16,6%

2016	-17,8%	-19,9%	-15,6%
2017	-17,1%	-19,0%	-14,9%
2018	-16,5%	-17,8%	-14,3%
2019	-15,8%	-17,3%	-13,2%
2020	-14,1%	-16,0%	-12,4%
2021	-14,3%	-17,4%	-12,6%
2022	-17,7%	-18,8%	-13,0%

Fonte: Rais (2003 - 2022). Elaboração dos autores.

Durante o período social-desenvolvimentista (2003-2014), observou-se uma redução significativa na defasagem salarial das mulheres em todas as escalas analisadas. Na RGI Blumenau, a defasagem salarial reduziu-se de -25,5% em 2003 para -20,5% em 2014, representando uma diminuição de 5 pontos percentuais. Em Santa Catarina, o comportamento foi semelhante, com uma redução de -24,5% para -21,4% no mesmo intervalo, enquanto no Brasil a defasagem diminuiu de -18,7% para -17,4%, uma redução menos expressiva em termos proporcionais. Esses dados refletem uma tendência de aproximação salarial entre homens e mulheres no período, embora a desigualdade tenha permanecido considerável, especialmente em esferas regionais como a RGI Blumenau. Os anos de maior redução na defasagem salarial ocorreram entre 2007 e 2011, particularmente na RGI Blumenau, onde a diferença salarial caiu de -25,1% para -22,4%. Em Santa Catarina, a maior redução ocorreu entre 2009 e 2012, de -23,0% para -21,2%. No Brasil, embora o ritmo tenha sido mais lento, a diminuição foi consistente ao longo do período, culminando em uma defasagem de -17,4% em 2014.

No período de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022), a tendência de redução da defasagem salarial foi interrompida, sendo seguida por momentos de estabilização e até de aumento das desigualdades em algumas regiões. Na RGI Blumenau, após atingir o menor índice de defasagem em 2020, com -14,1%, houve uma reversão no movimento, e a defasagem voltou a crescer para -17,7% em 2022. Em Santa Catarina, comportamento semelhante foi observado, com a defasagem atingindo seu menor valor em 2018 (-17,8%) e crescendo novamente para -18,8% em 2022. No Brasil, a trajetória foi menos oscilante, com uma redução progressiva até 2020 (-12,4%), mas uma recuperação parcial da desigualdade em 2022 (-13,0%).

A análise comparativa entre os períodos evidencia que, enquanto a realidade social-desenvolvimentista promoveu uma redução generalizada das desigualdades salariais de gênero, o período subsequente foi marcado por uma maior instabilidade, especialmente em escalas regionais como a RGI Blumenau e Santa Catarina. No Brasil, o comportamento foi mais uniforme, com menores oscilações, mas sem avanços expressivos após 2014. As diferenças entre o território e as regiões analisados também revelam que, embora o Brasil tenha registrado menores índices de defasagem salarial em termos absolutos, a RGI Blumenau e Santa Catarina experimentaram maiores variações ao longo do tempo, indicando uma sensibilidade maior a contextos econômicos e políticos regionais.

DINÂMICA DOS EMPREGOS INFORMAIS

No período de análise dos anos 2000, 2010 e 2021, os dados referentes ao emprego informal na RGI Blumenau e suas respectivas regiões imediatas revelam dinâmicas distintas de redução e posterior aumento da informalidade. A análise abrange o contexto do período social-desenvolvimentista, caracterizado por políticas de expansão do mercado formal de trabalho, e o período de ataques aos direitos trabalhistas, marcado por mudanças legislativas e econômicas que afetaram a estrutura do mercado de trabalho.

Tabela 11: Proporção de empregos informais.

Escala Geográfica/Ano	2000	2010	2021
Brasil	38,0%	28,3%	39,5%
Santa Catarina	26,8%	16,7%	25,8%
RGI Blumenau	24,6%	14,2%	17,9%

Fonte: IBGE; Rais (2003 - 2022). Elaboração dos autores.

Na RGI Blumenau, a proporção de empregos informais apresentou uma significativa redução entre 2000 e 2010, passando de 24,6% para 14,2%, indicando um movimento de formalização consistente durante o período social-desenvolvimentista. No entanto, entre 2010 e 2021, a informalidade voltou a crescer, embora em ritmo menos acentuado, alcançando 17,9%. Essa trajetória evidencia a maior estabilidade do mercado de trabalho formal na RGI Blumenau, mesmo em um período marcado por transformações econômicas adversas e pelo aumento da informalidade em outras regiões.

Quando comparada a Santa Catarina, a RGI Blumenau apresentou menor proporção de informalidade ao longo de todo o período analisado. Em 2000, a diferença era de 2,2 pontos percentuais a favor da RGI Blumenau (24,6% contra 26,8%). Essa vantagem se ampliou em 2010, quando a informalidade na RGI Blumenau atingiu 14,2%, enquanto em Santa Catarina a taxa foi de 16,7%. Em 2021, mesmo com o aumento da informalidade em ambas as localidades, a RGI Blumenau manteve maior recuperação, com 17,9% de trabalhadores informais contra 25,8% em Santa Catarina. Essa diferença de 7,9 pontos percentuais evidencia uma maior resistência da RGI Blumenau às tendências de informalização que afetaram o estado como um todo.

Comparando-se ao Brasil, a RGI Blumenau apresentou uma estrutura de informalidade significativamente mais favorável. Em 2000, a taxa de informalidade na RGI Blumenau foi 13,4 pontos percentuais inferior à média nacional (24,6% contra 38,0%). Essa diferença aumentou em 2010, quando a informalidade na RGI Blumenau foi 14,1 pontos percentuais menor que a nacional (14,2% contra 28,3%). Em 2021, mesmo com o crescimento da informalidade na conjuntura de crises econômicas, a RGI Blumenau manteve uma taxa de informalidade muito inferior a nacional, com uma diferença de 21,6 pontos percentuais (17,9% contra 39,5%). Esses dados reforçam a maior robustez do mercado de trabalho formal na RGI

Blumenau frente ao cenário nacional, sugerindo menor vulnerabilidade da região às pressões informais observadas no Brasil como um todo.

TRABALHADOR E TRABALHADORA EMPREENDEDOR-DE-SI-PRÓPRIO

O crescimento dos MEIs na RGI Blumenau, entre 2009 e 2023, evidencia um movimento significativo de formalização no mercado de trabalho local. Durante o período social-desenvolvimentista, políticas favoráveis estimularam um aumento expressivo nos registros de MEIs, enquanto no período subsequente, marcado por mudanças nas legislações trabalhistas e dinâmicas econômicas, o crescimento se manteve, embora em ritmo levemente desacelerado. Comparando-se com Santa Catarina e o Brasil, a RGI Blumenau apresenta uma trajetória de expansão que reflete tendências gerais, mas com características regionais que evidenciam tanto sua relevância econômica quanto sua capacidade de adaptação às novas formas de empreendedorismo.

Tabela 12: Número de MEIs nas Regiões Geográficas Imediatas da RGI Blumenau.

Ano/Regiões Geográficas Imediatas	Itajaí	Blumenau	Brusque	Rio do Sul	Ibirama-Presidente Getúlio	Ituporanga	Total da RGI Blumenau
2009	227	142	49	26	4	5	453
2010	3.218	1.992	827	512	77	111	6.737
2011	6.941	4.366	1.670	1.108	208	248	14.541
2012	11.556	7.457	2.920	2.059	369	412	24.773
2013	16.277	10.731	3.854	2.863	586	604	34.915
2014	21.242	13.787	4.896	3.578	863	765	45.131
2015	26.715	17.704	6.066	4.374	1.047	920	56.826
2016	32.614	21.631	7.389	5.264	1.221	1.098	69.217
2017	38.768	26.141	8.890	6.395	1.452	1.299	82.945
2018	41.959	28.228	9.528	7.161	1.636	1.450	89.962
2019	54.998	35.135	11.726	8.862	1.936	1.728	114.385
2020	68.922	43.576	14.147	10.708	2.356	2.103	141.812
2021	84.843	52.926	17.076	12.826	2.890	2.458	173.019
2022	100.486	61.547	19.566	14.921	3.413	2.857	202.790
2023	111.861	67.693	21.320	16.414	3.790	2.987	224.065

Fonte: Portal do Empreendedor (2003 - 2023). Elaboração dos autores.

A análise das tabelas revela que o crescimento dos MEIs na RGI Blumenau, em Santa Catarina e no Brasil, reflete um movimento relevante de adaptação econômica em períodos de transformação do mercado de trabalho. Durante o período social-desenvolvimentista (2009-2014), o número de MEIs na RGI Blumenau saltou de 453 para 45.131, em sintonia com políticas que incentivaram a formalização e estimularam o empreendedorismo como alternativa ao emprego formal. Contudo, no período de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2023), marcado por ataques aos direitos trabalhistas e pela retração da oferta de

empregos formais, a criação de MEIs continuou a crescer, muitas vezes como estratégia de sobrevivência diante de um mercado de trabalho mais precarizado.

O surgimento de MEIs em contextos de menor oferta de empregos revela, no entanto, um cenário problemático. Muitos trabalhadores são incentivados ou compelidos a abrir CNPJs, sendo contratados como prestadores de serviços autônomos. Essa prática transfere obrigações trabalhistas para os próprios trabalhadores, aliviando custos para os capitalistas, que capturam essa força de trabalho de maneira oportunista. Isso é agravado pela baixa renda per capita dos MEIs, que segundo o GEM (2020) em 2019 foi de apenas 1,38 salários mínimos, um valor que mal garante subsistência e expõe a fragilidade dessa modalidade de formalização.

Tabela 13: Número de MEIs nas escalas geográficas.

Ano/Escala Geográfica	Brasil	Santa Catarina	RGI Blumenau
2009	44.188	1.595	453
2010	771.715	24.889	6.737
2011	1.656.953	52.536	14.541
2012	2.665.605	88.155	24.773
2013	3.659.781	123.861	34.915
2014	4.653.080	159.682	45.131
2015	5.680.614	199.555	56.826
2016	6.649.896	241.262	69.217
2017	7.738.590	289.369	82.945
2018	7.739.452	311.765	89.962
2019	9.430.438	388.346	114.385
2020	11.316.853	477.460	141.812
2021	13.284.696	574.714	173.019
2022	14.820.414	665.583	202.790
2023	15.718.625	731.572	224.065

Fonte: Portal do Empreendedor (2003 - 2023). Elaboração dos autores.

Comparando-se a RGI Blumenau com Santa Catarina e o Brasil, a região apresenta características alinhadas com as tendências gerais, mas com especificidades. A RGI Blumenau contribuiu consistentemente com cerca de 20% dos MEIs estaduais, destacando-se em setores dinâmicos como comércio e serviços. No entanto, seu crescimento relativo foi mais expressivo até 2014, sugerindo uma maior capacidade inicial de adaptação às políticas de empreendedorismo. Já no período de ataques aos direitos trabalhistas, embora o crescimento absoluto tenha sido elevado, a desaceleração relativa na RGI Blumenau indica maior impacto das condições estruturais do mercado de trabalho regional. Em resumo, enquanto o crescimento dos MEIs pode ser visto como sinal de recuperação econômica, ele também denuncia a fragilidade de um sistema que, em momentos de crise, transfere riscos e custos do mercado de trabalho para a classe trabalhadora.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa investigou as reconfigurações do trabalho na RGI Blumenau no século XXI, com ênfase em cinco questões temáticas: (1) os impactos dos períodos social-desenvolvimentista e de ataques aos direitos trabalhistas nos empregos; (2) as especificidades da dinâmica de empregos na RGI Blumenau em comparação a Santa Catarina; (3) os contextos econômicos e políticos nos períodos social-desenvolvimentista e de ataques aos direitos trabalhistas influenciaram as desigualdades salariais de gênero na RGI Blumenau, em Santa Catarina e no Brasil; (4) as diferenças ou alinhamentos da RGI Blumenau com as tendências nacionais; e (5) os setores predominantes na região em relação aos contextos estadual e nacional. Para isso, foi adotada uma abordagem quantitativa baseada em dados da Rais, IBGE, BCB e Portal do Empreendedor. A análise contemplou a evolução dos empregos formais por subsetor, as variações absolutas e relativas nos períodos econômicos, a relação entre emprego formal e crescimento populacional, e a dinâmica salarial, considerando tendências e desigualdades. As conclusões sintetizam essas dimensões e respondem às perguntas centrais da pesquisa.

No que tange ao impacto dos períodos econômicos nos empregos: o período social-desenvolvimentista (2003-2014) impulsionou o crescimento significativo de empregos formais e redução da informalidade, favorecendo setores como Comércio e Construção Civil; o período de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022), a desaceleração econômica afetou o mercado de trabalho, com aumento da informalidade e crescimento mais lento dos empregos formais, especialmente na RGI Blumenau.

Sobre a configuração dos empregos na RGI Blumenau versus Santa Catarina: a RGI Blumenau apresentou maior crescimento relativo de empregos formais e menor índice de informalidade em comparação a Santa Catarina, destacando-se pela recuperação em subsetores técnicos e de saúde; a região segue tendências estaduais, mas com características específicas, como maior concentração na Indústria Têxtil e maior estabilidade em setores como Administração Técnica Profissional.

Na temática sobre a defasagem salarial das mulheres, no período social-desenvolvimentista, observou-se uma tendência de redução nas desigualdades salariais de gênero em todas as escalas analisadas, refletindo os efeitos de políticas voltadas à valorização do trabalho e inclusão econômica. No entanto, no período de ataques aos direitos trabalhistas, essa trajetória foi interrompida, resultando em instabilidade e aumento das desigualdades em algumas regiões, como a RGI Blumenau e Santa Catarina. Essas áreas demonstraram maior sensibilidade às mudanças econômicas e políticas, apresentando oscilações mais acentuadas em comparação ao comportamento mais uniforme observado em nível nacional. Isso revela que, embora políticas econômicas favoráveis possam promover avanços significativos, conjunturas de desregulamentação tendem a reverter conquistas, aprofundando desigualdades estruturais, sobretudo em escalas regionais mais suscetíveis a essas transformações.

A respeito da comparação entre RGI Blumenau e Brasil: a RGI Blumenau teve desempenho superior ao Brasil em termos de formalização e redução da informalidade, refletindo maior

adaptabilidade local às políticas econômicas. No entanto, enfrenta desafios similares, como a precarização do trabalho e a transferência de custos financeiros e jurídicos para os trabalhadores via MEIs.

No que concerne aos setores de destaque na contratação: o Comércio e Serviços lideram as contratações na RGI Blumenau, replicando padrões de Santa Catarina e Brasil. Entretanto, a dependência desses setores aumenta a vulnerabilidade da RGI Blumenau a processos de informalização e precarização, especialmente com o uso oportunista dos MEIs como alternativa ao vínculo empregatício tradicional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviço na era digital. /Ricardo Antunes - 2 ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Calculadora do cidadão: correção de valores. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1. Acesso em: 1 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/empregador/rais/o-que-e-rais>. Acesso em: 1 dez. 2024.

GEM - Global Entrepreneurship Monitor Empreendedorismo no Brasil: 2019 \
Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores -- Curitiba: IBQP, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela 6579 - População residente estimada. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6579. Acesso em: 1 dez. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela 9606 - Estimativas da população residente com data de referência em 1º de julho. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9606. Acesso em: 1 dez. 2024.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1** - Crítica da economia política. Livro 1 - O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Portal do MEI: relatórios e informações. Disponível em: http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaomei/private/pages/relatorios/opcoesRelatorio.jsf. Acesso em: 1 dez. 2024.

SILVA, Valdir da. **As reconfigurações do trabalho na Região Geográfica Imediata de Blumenau no século XXI.** 2024. 386 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) –

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2024.

[1] A RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) é um relatório de dados socioeconômicos solicitado anualmente aos empregadores para subsidiar a elaboração de estatísticas trabalhistas e identificar trabalhadores com direito ao abono salarial. Instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, sua gestão foi inicialmente atribuída ao Ministério do Trabalho e Emprego. Em 2019, com a reestruturação ministerial, a responsabilidade passou para o Ministério da Economia. Atualmente, após a recriação do Ministério do Trabalho e Emprego, a gestão da RAIS voltou a ser responsabilidade dessa pasta, que coordena a coleta e análise das informações trabalhistas no país (Brasil, 2024).

[2] Os dados utilizados nesta análise foram extraídos das tabelas 6579 e 9606, disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

[3] Os cálculos de correção de valores foram realizados utilizando a ferramenta "Calculadora do Cidadão", disponibilizada pelo Banco Central do Brasil. Essa ferramenta permite a atualização monetária com base em índices oficiais, garantindo maior precisão nos dados apresentados na análise (BCB, 2024).

[4] Os dados relacionados ao Microempreendedor Individual (MEI) foram obtidos a partir do portal da Receita Federal do Brasil, que disponibiliza relatórios e informações sobre o desempenho e a formalização dessa categoria, contribuindo para a análise do mercado de trabalho e da formalização no contexto brasileiro (Receita Federal do Brasil, 2024).

[5] Antunes (2020), em *O privilégio da servidão*, combina rigor sociológico e engajamento social ao analisar a precarização e terceirização do trabalho no Brasil, aprofundadas pelo capitalismo global. A obra destaca os impactos sobre os trabalhadores, especialmente nos setores informal e digital, e critica a conivência do sindicalismo conciliador e dos governos que o autor intitula como social-liberais (nesse artigo descritos como social-desenvolvimentistas) diante da precarização do trabalho. O autor identifica no governo Temer a intensificação desse processo, consolidado em um contexto de Estado de exceção.

[6] A pesquisa de Silva (2024) analisou as reconfigurações do trabalho na Região Geográfica Imediata de Blumenau (RGIB) durante os períodos social-liberal (2003-2014) e de ataques aos direitos trabalhistas (2015-2022). Com uma abordagem longitudinal que combinou análise quantitativa de dados econômicos e sociais e qualitativa por meio de entrevistas e pesquisa bibliográfica, o estudo investigou como mudanças nas políticas econômicas e sociais impactaram a estruturação do emprego e intensificaram a precarização. Os resultados apontaram que, enquanto o período social-liberal promoveu formalização e acesso a programas sociais, o período subsequente aumentou a informalidade, a pejotização e a exploração por plataformas digitais, resultando em maior insegurança trabalhista e desvalorização do trabalho. A pesquisa reforça a necessidade de estratégias coletivas para enfrentar esses desafios.